

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Friaes
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Figueira de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernando Diamant, Hélio Schwartzman, José Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Branco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luis Friaes e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Faria
DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novas negociações), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Limites a Milei

Pacote é desidratado no Legislativo, mas argentino ainda ameaça tensionar o ambiente político

Javier Milei conseguiu levar para o plenário da Câmara dos Deputados o projeto da sua lei "omnibus", um pacote de 664 artigos chamado de "Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos". Trata-se de um grande plano de reforma da economia — e também da sociedade e da política.

Tratava-se de mudanças de impacto torpedadas no texto por comissões. Mesmo aspectos essenciais do programa de corte de gastos corriam risco de rejeição.

O partido do presidente conta com apenas 38 do total de 457 deputados. Somados os parlamentares de blocos potencialmente aliados ou que, ao menos, aceitam negociar com o governo, Milei poderia contar com metade dos votos. Poderia. Um dia depois do relativo progresso na Câmara, o presidente voltou a acirrar os inimigos. Disse em entrevista que não está "disposto a negociar nada" — o que não foi aprovado agora, o se não for aprovado amanhã, o se não for aprovado amanhã.

Nas comissões, caíram artigos relativos às reformas penal e eleitoral, à do Código Comercial e Civil, a prerrogativa de governar por medidas de emergência por dois anos (reduzida a um ano) ou privatizações maiores, como a da petroliera YPF e a do Banco de la Nación. Nesta sexta (26), o governo anunciou que tiraria do diploma artigos essenciais para o reequilíbrio orçamentário, como o controle do re-

ajuste de aposentadorias.

Em troca de apoio, governadores de províncias, com influência parlamentar relevante, querem que o governo proponha a restauração da cobrança de imposto de renda, derrubada em iniciativa eleitoral do governo anterior, apoiada também pelo então deputado Milei.

Apelica impõe por enquanto limites à atuação do chefe de Estado. Porém o presidente reafirma seu programa de conflito, seu personalismo e sua defesa de refundação incontestada da Argentina. Opositores seriam apenas parte da "casta" de privilegiados, cúmplices de um século de ruína do país.

Ao menos na retórica, Milei insiste no tudo ou nada. Líderes do bloco adepto do diálogo receberam apelos para que a Casa Rosada negocie seu projeto. Pedem interlocução mais qualificada e atenciosa. O mandatório dá sinais de que pretende usar sua popularidade para pressionar os que não se filiam ao kirchnerismo ou à esquerda.

A centro-direita indica que aceita aprovar o essencial do programa de controle das contas públicas. Sem isso, o governo corre risco de naufrágio rápido.

Na próxima semana, quando devem ser discutidos artigos da "lei das liberdades", será possível verificar se o presidente pretende preservar a viabilidade de seu mandato ou se vai insistir em ilusões revolucionárias fadadas ao fracasso.

Vacina vem de berço

Imunizar crianças contra Covid é ação segura, mas pesquisa do CFM pode gerar confusão sobre o tema

A atuação do governo Jair Bolsonaro (PL) durante a pandemia foi desastrosa — em atos, com inépcia logística, e palavras, com falácias sobre os efeitos colaterais das vacinas. A mudança de gestão trouxe a sensatez baseada em evidências de volta à pasta da Saúde.

Contudo os efeitos do discurso negacionista, notadamente sobre imunizantes, permearam alguns setores da sociedade brasileira. No primeiro dia deste ano, o Calendário Nacional de Vacinação passou a incluir a inoculação contra a Covid-19 para crianças de 6 meses a 5 anos de idade. Poucos dias depois, o Conselho Federal de Medicina lançou uma pesquisa para saber a opinião dos médicos sobre a vacina para essa faixa etária.

Ação reúne problemas incompatíveis com um órgão ligado à atuação técnica na área médica. A precariedade da metodologia do questionário — com apenas quatro perguntas, sem espaço para comentários, direcionadas a profissionais de especialidades diversas, sem foco em pediatria, infectologia e imunização — só pode gerar resultado no mínimo enganoso ou, pior, que implique confusão e mistificações sobre o tema.

A Organização Mundial de Saúde atesta a eficácia e a segurança da

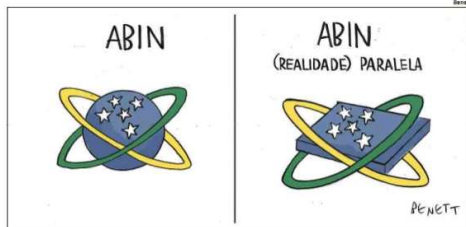
vacinação de crianças, que já está presente em 62 países.

O guia de imunização da OMS indica grupos de alta prioridade, como idosos, e faz recomendações de protocolo à população geral. Crianças com comorbidades devem receber uma dose — ou duas, no caso de vacina inativada.

Abrir espaço para o questionamento de evidências estimula posições refratárias à imunização na população em geral e entre médicos — não foram poucos os que, durante a crise sanitária, criticaram vacinas e emitiram receitas contraindicadas, como de cloroquina. O CFM alega que já fez consultas gerais entre os profissionais sobre telemedicina e publicidade médica. No entanto esses temas não estão diretamente relacionados a medidas que podem salvar vidas.

Desde o início da pandemia, foram 2.152 casos da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica, uma manifestação rara da Covid-19. Até novembro, o vírus havia matado 135 crianças menores de 5 anos. Mas, em agosto de 2023, apenas 1% dos brasileiros já essa idade estavam vacinados.

Em vez de ações duvidas com métodos precários, o CFM deveria contribuir para o aumento desse índice de imunização.



Democracia amputada

Hélio Schwartzman

Se a escola pública fosse um pouco melhor e ensinasse direito os rudimentos da matemática, paulistas já teriam pegado em armas para pôr um fim à escandalosa sub-representação política a que estão submetidos. Se temos interesse em manter a democracia, como acho que temos, é importante apontar os gargalos que a apertam, de modo que possamos aprimorá-la.

Um desses gargalos é o teto constitucional de 70 deputados federais por estado. Apenas São Paulo é atingido por tal mecanismo, que representa uma violação ao mais elementar dos princípios democráticos, que é o de que o voto de todos os cidadãos deve igualmente ter o mesmo peso. Mas na Câmara dos Deputados, onde a lógica do "um homem, um voto" deveria prevalecer, isso não ocorre. A Casa abriga 531 parlamentares. Numa conta de guardanapo, SP com 22,3% da população do país, faria jus a uma bancada de 114, mas, por causa do teto, tem sua representação reduzida em 44 assentos, o que equivale mais ou menos a um RJ.

Fuga dos extremos

Dora Kramer

A disposição do presidente Luiz Inácio da Silva (PT) de fazer da eleição de 2024 um ensaio para 2026 e, notadamente em São Paulo reeditar o debate de 2022 entre ele e Jair Bolsonaro (PL), impõe um desafio ao prefeito Ricardo Nunes (MDB): manter o foco nos problemas da cidade em sua campanha pela reeleição.

Nunes está convicto de que, se ganhar conforme a música de Lula, corre o risco de cair numa armadilha. Por isso, seu tom será outro. "Vou da discussão de terceiro turno da eleição presidencial" avisa, concentrado que estará em estabelecer as diferenças entre Guilherme Boulos, candidato do PSOL, e ele na capacidade de administrar a maior cidade do país.

A questão é desafiadora porque não depende só da vontade dele nem dos dez partidos que, por ora, compõem a sua aliança. Lula conta com a força política e midiática da Presidência, além de ter batido Bolsonaro na capital, onde as pesquisas registram alta rejeição ao ex-presidente — 68% dizem não votar em candidato apoiado por ele — de quem Nunes espera herdar os eleitores.

O prefeito sabe da dificuldade. Pensando nisso, iniciou uma ofensiva de agendas conjuntas com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) a fim de transmitir à população o recado da importância da parceria em estado e município para o bom andamento dos trabalhos urbanos.

Na política, baterá na tecla da marca de centro, segundo de preferência histórica do eleitorado local. Cita a defesa de tucanos, acrescenta Gilberto Kassab e lembra Maria Sulpício e Fernando Haddad como exemplos de políticos de esquerda derrotados nas tentativas de reeleição.

E Bolsonaro no palanque? O prefeito sai de lado: "Tenho gratidão, ajudo a cidade como presidente". E Simone Tebet, sua companheira de partido, estará junto na foto? "Cada qual em seu momento, no quadrado adequado".

Nunes só faz um gesto: corre a mão direita para a esquerda, como quem deixa algo de lado.

Cajuada carnavalesca

Alvaro Costa e Silva

Quando havia músicas feitas para o Carnaval, elas pagavam ou não. Alguém — vá explicar o mistério! — só estouravam em cima da hora. Foi assim com "Atire a Primeira Pedra", em 1944. Depois que a gravação de Orlando Silva começou a tocar sem parar nas rádios e ganhou a adesão dos blocos, Ataulfo Alves comentou com Mário Lago, às vésperas do Domingo Gordo: "Eu já havia desistido, parei, mas estou na boca do povo".

Com os sambas de enredo acontecendo a mesma coisa. Não é raro que se tornem conhecidos do grande público e cantados em delírio nas arquibancadas, somente no dia do desfile. Os que chegam em segundo à avenida são minoria. E nem sempre ajudam a escolher o vencedor.

Em 1992, o Sambódromo sabia de cor os versos do samba "Sonhar Não Gosta Nada ou Quase Nada" mas a Mocidade Independente não levou o título. Seu autor, Paulinho Mocidade, só a história se registrou 32 anos depois, esperando melhor

sorte. "Pede Caju que Dou... Pede Caju que Da", de Paulinho, Marcelo Adnet e outros seis compositores, ocupa hoje o primeiro lugar nas plataformas, pau a pau com os funks e sertanejos da vida.

"Meu caju, meu cajuinho! Pede um cheiro que eu dou! O puro suco do fruto do meu amor! E sensual, esse delírio febril! A Mocidade é a cara do Brasil", diz o refrão que viralizou na voz do intérprete Zé Paulo Sierra. Pode não ser o melhor samba da safra 2024, mas é o mais folião. Divertido, sacana e tropicalista, lembra afeitoriosos do carnavalesco Fernando Pinto na escola de Padre Miguel.

As críticas, em particular a domar a inspiração do enredo, a fruta é de comprovada competência no Carnaval. Organizado por Carlinhos Niemeyer, os bailes do Caju Amigo marcaram uma época deliciosa, não menos sacana, e sobretudo alcolica. Para afastar qualquer tipo de azar, a Mocidade tem a obrigação de convidar para a festa o Paulo César Caju, que não se esqueça de agradecer ao craque Paulo César Caju.

Uma realidade de muita luta

Ttai Surui

Coordenadora da Associação de Defesa Ambiental, Saúde e do Meio Ambiente de Uru-Eu-Wau-Wau, indígenas da tribo Surui.

Vivemos tempos sombrios para os povos indígenas e para o meio ambiente, no governo passado, o plano era acabar com nossos direitos, não daramos conquistas, tomar nossas terras, incentivando e até apoiando as invasões às terras indígenas para explorá-las sem pensar na natureza, nas populações ou na vida na terra. Lutamos bravamente por nossas mulheres, crianças, guerrilheiros, anciãos, florestas, animais e rios. Lutamos contra o fascismo e o genocídio. Vimos os direitos e legislações ambientais serem enfraquecidos.

No entanto, a realidade dos povos indígenas ainda é de muita luta. Nesta semana, uma liderança indígena e pai do povo Patuxo Hã-hã-hã foi assassinado e seu irmão, o cacique, foi baleado. A terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau continua sob constante pressão e sofre ataques de invasões e associações criminosas de grilagem na área da linha cinco do território. A sede do CEMBU da Reserva Biológica do Guaporé, em Rondônia, foi atacada e incendiada por homens armados. O tempo é uma causa imortal e aumenta a violência no campo gerando tragédias da cidade em Uru-Eu-Wau-Wau.

Para a proteção das nossas matas e dessas comunidades, é necessário um real comprometimento do governo com a pauta ambiental indígena. Parte disso passa pela necessidade do Estado reconhecer a importância da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), criada para servir aos povos indígenas, que sofreu no último governo um processo de enfraquecimento e sucateamento. A autarquia continua enfraquecida e sucateada. Sem orçamento ou pessoal, alguns sedes regionais não têm condições de atender os territórios indígenas. Além da proteção territorial, a Funai tem outras funções para com as comunidades, como fazer suas iniciativas dentro do território visando a melhor qualidade de vida do povo.

Ano passado, servidores se mobilizaram pelo fortalecimento do órgão indígenista buscando a implementação de um plano de carreira e a realização de concurso público. As condições de trabalho extremamente precárias, aliadas à baixa remuneração, à falta de incentivo para qualificação profissional e à falta de compensação a situações de trabalho adversas, em locais remotos ou de difícil acesso, geram um quadro de enfraquecimento crônico da força de trabalho da Funai, com um índice de evasão altíssimo, sobretudo dos servidores.

Neste ano, foi lançado o concurso unificado que contemplará a Funai, mas não resolverá o problema do quadro de pessoal para atender todas as comunidades, incluindo os povos indígenas em isolamento voluntário, que ainda se registram em contato com os não indígenas.